

Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central

Evaluation of Student Assistance Policy in technical level professional education: analysis of dropout and retention indicators at Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (IFPI) – Central Teresina Campus

Evaluación de la Política de Asistencia Estudiantil en la educación profesional de nivel técnico: análisis de los indicadores de evasión y retención en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central

Tulyana Coutinho Bento Pereira – Universidade Federal do Piauí
Guiomar de Oliveira Passos – Universidade Federal do Piauí

RESUMO

Este trabalho versa sobre a avaliação de políticas públicas e programas sociais, enfocando a efetividade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no que tange à redução das taxas de evasão e retenção entre os matriculados no Campus Teresina Central. Para tanto, tendo por base dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), cedidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), comparam-se as taxas do primeiro ano de implementação da Política com as dos anos anteriores. Verifica-se que houve, na maioria do período, ano a ano examinado, um decréscimo das taxas de retenção e evasão, significando que a política de assistência estudantil foi efetiva no cumprimento de um de seus objetivos, enquanto política pública no âmbito da educação profissional piauiense.

Palavras-chave: evasão; retenção; avaliação de política pública; assistência estudantil.

ABSTRACT

This paper deals with the evaluation of public policies and social programs, focusing on the effectiveness of Student Assistance Policy of Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (IFPI), in regard to the reduction of dropout and retention rates among those registered at Central Teresina Campus. For this purpose, based on National System of Professional and Technological Education Information (SISTEC) data, provided by the Pro-Rector of Educational Studies (PROEN), it compares the rates of the first year of policy implementation with those of previous years. It was observed that, during most of the period, examined year by year, there was a

decrease in retention and dropout rates, meaning that student assistance policy has been effective in fulfilling one of its objectives as a public policy in the field of professional education in Piauí.

Keywords: dropout; retention; evaluation of public policy; student assistance.

RESUMEN

Este trabajo expone acerca de la evaluación de políticas y programas sociales, enfocada la efectividad de la Política de Asistencia Estudiantil del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del Piauí (IFPI), en lo que corresponde a la reducción de las tasas de evasión y retención entre los matriculados en el Campus Teresina Central. Por lo tanto, habiendo por base datos del Sistema Nacional de Información de la Educación Profesional y Tecnológicas (SISTEC), cedidos por la Pró-Reitoria de Enseñanza (PROEN), se comparan a las tasas del primero año de implementación de la política con la de los años anteriores. Se observa que hubo, en la mayoría del período, año tras año examinado, una baja de las tasas de retención y evasión, significando que la política de asistencia a los estudiantes fue efectiva en el cumplimiento de uno de sus objetivos, como política pública en el ámbito de educación profesional piauiense.

Palabras-clave: evasión; retención; evaluación de política pública; asistencia estudiantil.

Introdução

O presente texto versa sobre a avaliação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central¹, no período de 2011 a 2014. Trata-se de parte da pesquisa realizada no Curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, a qual enfoca os efeitos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sobre a permanência e o desempenho escolar dos alunos beneficiados com as ações dessa política no IFPI. O Programa, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, tem como finalidade “contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas ações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência das condições financeiras” dos estudantes (BRASIL, 2010).

Na educação profissional, em conformidade com o art. 4º do Decreto, as ações são executadas de acordo com as especificidades dos Institutos. No IFPI, desenvolve-se a Política da Assistência Estudantil (POLAE), através de ações dos Programas Universais e do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) (IFPI, 2014).

As ações dos Programas Universais são destinadas aos estudantes em geral com o objetivo de atendê-los em suas necessidades básicas e incentivá-los nos estudos durante a formação acadêmica. Já as do PAEVS são direcionadas àqueles

¹ O estudo da evasão e retenção escolar ocorreu nesse campus por ser o mais antigo entre os campi do IFPI e por possibilitar a pesquisa do maior universo possível de alunos dos cursos técnicos de nível médio. Os dados anteriores ao ano de 2011 não foram sistematizados com a precisão necessária, pela referida instituição de ensino, para que pudessem ser expostos e analisados de maneira segura, no presente trabalho.

“regularmente matriculados, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, em condições de vulnerabilidade social² e na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas”, tendo em vista a redução das desigualdades sociais e de seus efeitos sobre a permanência e o êxito escolar (IFPI, 2014, p. 15). Nesse Programa, são concedidos auxílios monetários, em caráter permanente ou eventual, para os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado, concomitante/subsequente e de graduação, e para os que participam de atividades desportivas ou culturais de representação do IFPI. Os auxílios destinam-se, igualmente, a assegurar moradia estudantil, garantindo sua manutenção ou custeando-a para aqueles que dela necessitam (IFPI, 2014).

Neste trabalho, examina-se a efetividade da POLAE do IFPI, no que tange à redução das taxas de retenção e evasão, no Campus Teresina Central. Pergunta-se: as taxas de evasão e retenção foram reduzidas com a instituição da POLAE?

Para responder à questão e tendo por base dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) – cedidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), mediante processo de autorização institucional nº 23172.001330/2015-31 – comparam-se as taxas de retenção e evasão no período de 2011 a 2013, antes da implementação da POLAE, com as de 2014, primeiro ano de sua implementação.

Este texto está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução, que é a primeira. Na segunda, apresentam-se o tipo e a metodologia de avaliação de políticas públicas e programas sociais utilizados na pesquisa. Na terceira, apresentam-se e discutem-se os dados relacionados aos indicadores de evasão e retenção no IFPI – Teresina Central, entre 2011 e 2014, relacionando-os à implementação da POLAE. Na conclusão, são analisados os resultados de cada indicador, examinando a efetividade da POLAE na redução das taxas de retenção e evasão nessa instituição de educação profissional de nível técnico.

Avaliação de políticas públicas e programas sociais: metodologia

O termo avaliação, no sentido *lato*, refere-se, segundo Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 17), a “uma forma de estimar, apreciar, calcular”. Trata-se de uma avaliação espontânea, informal, assistemática, associada à experiência cotidiana do ser humano. Já no sentido *stricto*, é “uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida” (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31). No segundo sentido, as principais características são as seguintes: identifica, obtém e propicia informações

² A Vulnerabilidade Social, de acordo com a POLAE do IFPI, é entendida como “um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo” (IFPI, 2014, p. 15 e 16).

válidas, confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito ou valor de um programa ou atividade específica; comprova a extensão e o grau de resultados e serve de base para a tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994).

A avaliação da POLAE, de que trata este trabalho, é uma avaliação ex-post, externa, de impacto objetivo e de metodologia “quase experimental”, na modalidade “séries temporais”, em que se comparam as taxas de evasão e retenção dos matriculados no campus Teresina Central antes (de 2011 a 2013) e depois (2014) da implementação da POLAE no IFPI. Para isso, seguiram-se as indicações do referencial teórico, contando também com o auxílio do software Microsoft Office Excel (2007).

Os tipos e métodos utilizados nessa pesquisa, conforme Cohen e Franco (1993), Aguilar e Ander-Egg (1994) e Figueiredo e Figueiredo (1986), descrevem-se como:

- a) Ex-post - realizada após a conclusão da política, com o objetivo de decidir pela continuação ou pela modificação da política (COHEN; FRANCO, 1993; AGUILAR; ANDER-EGG, 1994).
- b) Externa - feita por avaliadores que não integram a instituição executora do programa, geralmente, especialistas com experiência em metodologia de avaliação;
- c) De impacto, que determina quanto a política tem alcançado seus objetivos propostos e quais seus efeitos secundários (COHEN; FRANCO, 1993) ou, nos termos de Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 114), “toma por objeto essencial de análise as mudanças pretendidas nas condições sociais”. Essas mudanças ou impactos avaliados, neste trabalho, são do tipo objetivas — que aferem a “mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução do programa”.

Na avaliação de impacto, examina-se a situação “da população antes e depois da execução do programa” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 116 e 117), pois o que está sob apreciação é a efetividade da ação, determinando “o grau de correspondência entre seus objetivos e resultados” (COTTA, 1998, p. 113) ou, em outros termos, estabelecendo relação de causalidade entre um programa e um resultado. Para isso, vale-se, nesta pesquisa, do método quase experimental, que não tem o critério da aleatoriedade para composição dos grupos de comparação, utilizando da comparação das “séries temporais”, em que se avalia os resultados do Programa, no período antes, durante e depois da implementação; no entanto, não é possível isolar os efeitos atribuíveis ao Programa, não permitindo, assim, estabelecer uma relação de causa-efeito precisa (SILVA; SILVA, 2008, p. 156).

Os resultados dessa avaliação são apresentados no próximo item.

Avaliação da efetividade da POLAE no IFPI – Teresina Central

Os programas e as ações de assistência estudantil no IFPI norteiam-se pelos princípios e pelas diretrizes fixados na POLAE a fim de “garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico” (IFPI, 2014, p. 13).

A avaliação, prevista no art. 47 da Resolução do Conselho Superior do IFPI (CONSUP) nº 14/2014, é realizada anualmente, pela Diretoria e Coordenação de Assistência Estudantil e Pró-Reitoria de Extensão, juntamente com as Coordenações/Comissões de Assistência Estudantil, envolvendo, além dos gestores e implementadores, os usuários de cada campus e do Instituto como um todo, através de suas entidades, ou os pais e ou responsáveis (IFPI, 2014).

Nessa avaliação, examinam-se os indicadores de desempenho acadêmico e permanência dos estudantes, comparando-os, ao longo do ano, e correlacionando-os às ações desenvolvidas e aos recursos utilizados, isto é, verificando a eficácia e eficiência dos programas. Para isso, valem-se, segundo Oliveira (2016):

- do Sistema de Monitoramento online da POLAE, que informa o número de estudantes atendidos e os recursos empregados;
- do Relatório de Planejamento, que informa o número de benefícios oferecidos e os recursos orçamentários necessários;
- do Relatório de Avaliação, que traz dados quantitativos e qualitativos das atividades desenvolvidas durante o ano;
- do Relatório de Indicadores Acadêmicos - que dispõe de dados quantitativos e qualitativos do rendimento acadêmico e da frequência escolar dos beneficiários da Política.

Esses documentos informam os resultados de avaliações de processo, pois aferem “se os propósitos, estratégias e execução do programa estão sendo realizados segundo as definições previamente estabelecidas”, em particular, a “avaliação de meios-metodologia de implantação” e a “avaliação de relação custo/benefício e/ou custo/resultado” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 112-113). A essas, acrescenta-se, ainda, a avaliação de impacto, em que se verifica, semestralmente, a partir dos dados do Relatório de Indicadores Acadêmicos, “o resultado dos efeitos” dos Programas (COHEN; FRANCO, 1993, p. 93) “para a melhoria do processo ensino aprendizagem, com vistas à redução da evasão e retenção escolar” (IFPI, 2014, p. 14).

Neste trabalho, tomando-se por base os indicadores de desempenho acadêmico dos estudantes, avalia-se a efetividade da POLAE, isto é, a correspondência entre seu objetivo de redução da retenção e evasão e os resultados

dos índices desses marcadores no Campus Teresina Central, comparando-se os resultados obtidos antes da implementação da Política, de 2011 a 2013, e depois dela, em 2014. Trata-se, por conseguinte, na classificação de Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 114), de uma efetividade objetiva em que se afere a “mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução do programa”.

A evasão escolar, segundo Dore e Luscher (2011a, p. 775), é a “retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno na instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno”. Portanto, para as pesquisadoras, sob a designação de evasão escolar, tem-se uma pluralidade de situações, inclusive, a retenção e a repetência.

Na educação profissional técnica de nível médio no Brasil, a evasão escolar pode ocorrer em diferentes situações, sendo principais os seguintes:

[...] o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra opção é de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível técnico (DORE; LUSCHER 2011b, p. 152-153).

A diversidade de situações que envolvem o processo de evasão pode ser resumida como a interrupção do ciclo de estudos, por abandono, pela não renovação da matrícula ou formalização do desligamento/desistência do curso. Já a retenção “consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão” (BRASIL, 2014, p.19).

Esses conceitos de evasão e retenção escolar servem de base para a construção dos indicadores de evasão e retenção na educação profissional técnica de nível médio utilizados no SISTEC. Para a construção desses indicadores, utilizam-se as seguintes fórmulas matemáticas:

- **Taxa de evasão:** mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas³ em relação ao total de matrículas atendidas.

$$TE: \frac{\text{MATRÍCULAS FINALIZADAS EVADIDAS} \times 100}{\text{MATRÍCULAS ATENDIDAS}}$$

³ Somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito porque abandonou o curso (EVADIDO, TRANSFERIDO EXTERNO, DESLIGADO).

- **Taxa de retenção:** mede o percentual de alunos retidos em relação ao total de matrículas atendidas.

$$\text{TR: } \frac{\text{RETIDOS} \times 100}{\text{MATRÍCULAS ATENDIDAS}}$$

O SISTEC realiza as funções de “cadastramento da unidade de ensino, dos cursos ofertados, dos ciclos de matrículas e dos estudantes; e atualização da situação do estudante ao longo do ciclo de matrícula em que foi inserido” (BRASIL, 2014, p. 19). Esse ciclo corresponde às datas “de início e término de cada turma dos cursos ofertados pela instituição, considerando o tempo mínimo de conclusão previsto no projeto pedagógico” (BRASIL, 2014, p. 21). As situações são as seguintes: matrícula ativa (em curso ou integralizado) ou matrícula finalizada (concluídos, desligados, evadidos, transferidos internos ou transferidos externos) (BRASIL, 2014, p. 19). Desse modo, pode-se acompanhar toda a trajetória do aluno e, conseqüentemente, dispor de informações sobre conclusão, evasão e retenção.

As situações de matrícula – ativa ou finalizada, conforme o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014, p. 19), envolvem diferentes ocorrências. A situação de matrícula ativa dá-se quando o estudante está regularmente matriculado e com o curso integralizado, ou quando tem a finalização ou integralização da carga horária, das disciplinas ou dos módulos do curso, mas ainda não cumpriu “outros requisitos para a conclusão do curso ou não fez ou entregou a comprovação de prática profissional ou estágio (obrigatório ou não)” (BRASIL, 2014, p. 19).

A integralização gera o segundo tipo de situação de matrícula, a finalizada. Essa se divide em vários tipos, a saber: concluída, quando “o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado” (BRASIL, 2014, p. 20); ou transferência, desligamento ou desistência e evasão. A transferência pode ser interna quando “o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino” ou externa quando a mudança se deu de unidade de ensino (campus) para outra na mesma instituição ou de uma instituição para outra. Desligamento ou a desistência ocorre quando “o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso”. Já a evasão acontece quando se constata o abandono, a não renovação da matrícula ou quando há formalização do desligamento/desistência do curso (BRASIL, 2014, p. 20).

No IFPI – Campus Teresina Central, no período de 2011 a 2014 -, conforme a Tabela 1, estiveram matriculados, por pelo menos um dia, no período analisado, entre 4.004 e 3.747 alunos:

Tabela 1: Números brutos e variação anual e no período da matrícula atendida no IFPI – Campus Teresina Central entre 2011 e 2014

Ano	Matrícula Atendida	Δ Anual e no período em estudo (%)
2011	4.004	-
2012	4.498	12,3
2013	4.389	-2,4
2014	3.747	-14,6
2011-2014	-	-6,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SISTEC cedidos à pesquisa pela PROEN.

O número de matrículas atendidas dos estudantes, de 2011 para 2012, passou de 4.004 para 4.498, o que equivale a 12,3%; de 2012 para 2013, de 4.498 para 4.389 (-2,4%); de 2013 para 2014, de 4.389 para 3.747 (-14,6%); e, nos quatro anos estudados, de 4.004 para 3.747, diminuição de 6,4%. Verifica-se que esse número decresceu, ano a ano, excetuando-se em 2012 em que a quantidade de matriculados por pelo menos um dia no período analisado aumentou 12,3% em relação ao ano anterior.

A Tabela 2 mostra os números brutos, os percentuais e a variação anual de alunos que finalizaram a matrícula sem sucesso, isto é, por transferência, desligamento ou evasão, de 2011 a 2014, no Campus Teresina Central:

Tabela 2: Números brutos, percentuais dos totais de matrículas e variação anual e no período de evadidos no IFPI – Campus Teresina Central entre 2011 e 2014

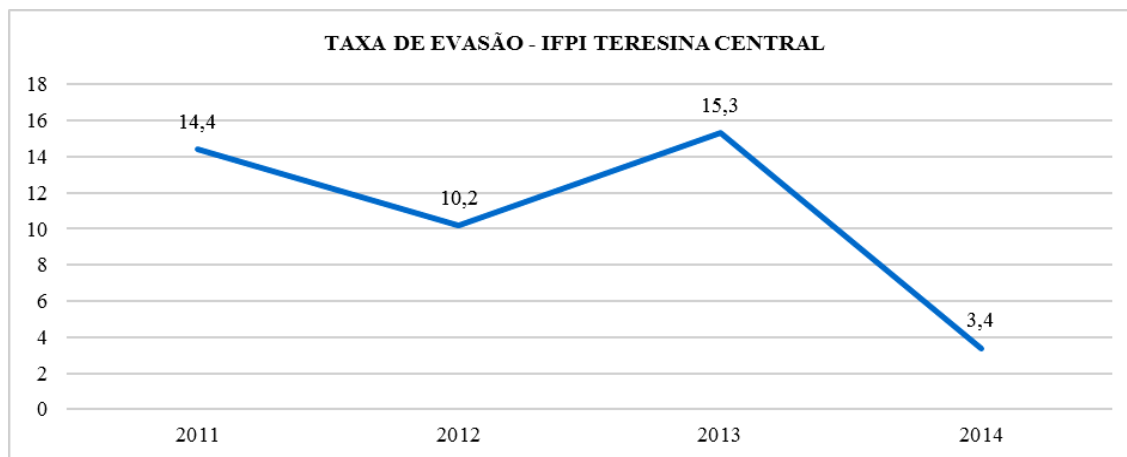
Ano	Evadidos	Taxa de Evasão (%)	Δ Anual e no período em estudo da taxa de evasão (%)
2011	576	14,4	-
2012	457	10,2	-29,2
2013	672	15,3	50,0
2014	126	3,4	-77,8
2011-2014	-	-	-76,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SISTEC cedidos à pesquisa pela PROEN.

A taxa de evasão dos estudantes, de 2011 para 2012, passou de 14,4% para 10,2%, o que equivale a uma diminuição de 29,2%; de 2012 para 2013, de 10,2% para 15,3%, um aumento de 50%; de 2013 para 2014, de 15,3% para 3,4% (-77,8%); e, nos quatro anos estudados, de 14,4% para 3,4%, diminuição de 76,4%. Verifica-se, portanto, que a taxa de evasão declina em todos os anos, exceto entre 2012 e 2013 quando tem uma elevação de 50%.

No Gráfico 1, visualiza-se que a taxa de evadidos correspondeu a 14,4%, no ano de 2011; 10,2%, em 2012; 15,3%, em 2013 e 3,4%, em 2014.

Gráfico 1: Taxa de Evasão nos Cursos Técnicos no IFPI – Teresina Central 2011 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no SISTEC (IFPI, 2015).

Observa-se que as taxas de evasão caem, em dois momentos, em 4,2 pontos percentuais, entre 2011 e 2012 e de 11,9 pontos percentuais, entre 2013 e 2014, elevando-se 5,1 pontos apenas no período entre 2012 e 2013 no IFPI – Campus Teresina Central. Verifica-se que houve uma redução das taxas de evasão, mais expressivamente, no ano de implementação da Política Institucional da Assistência Estudantil (POLAE) no IFPI.

Isso sugere, resta confirmar, que as ações da política de assistência estudantil local contribuíram para a redução das taxas de evasão, do total de estudantes do IFPI – Teresina Central, como previsto em um de seus objetivos.

A Tabela 3 mostra os números brutos, os percentuais e a variação anual de alunos que permaneceram na instituição, mas não concluíram o curso, mesmo tendo transcorrido o tempo previsto, de 2011 a 2014, no Campus Teresina Central.

Tabela 3: Números brutos, percentuais e variação anual e no período de retidos no IFPI – Campus Teresina Central entre 2011 e 2014

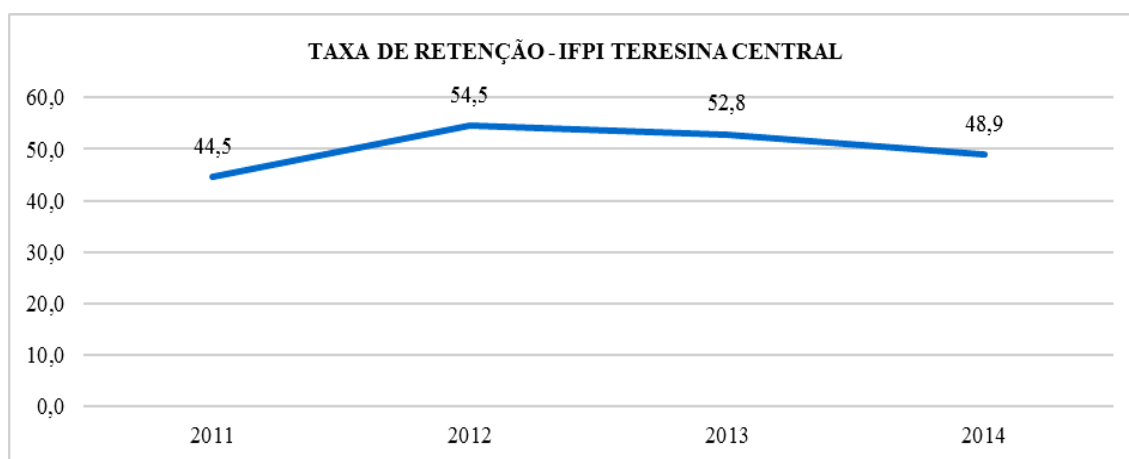
Ano	Retidos	Taxa de Retenção (%)	Δ Anual e no período em estudo da taxa de Retenção (%)
2011	1783	44,5	-
2012	2453	54,5	22,5%
2013	2319	52,8	- 3,1%
2014	1831	48,9	- 7,4%
2011-2014	-	-	9,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SISTEC cedidos à pesquisa pela PROEN.

A taxa de retenção dos estudantes, de 2011 para 2012, passou de 44,5% para 54,5%, o que equivale a um aumento de 22,5%; de 2012 para 2013, de 54,5% para 52,8%, uma diminuição de 3,1%; de 2013 para 2014, de 52,8% para 48,9% (-7,4%); e, nos quatro anos estudados, de 44,5% para 48,9%, aumento de 9,9%.

No Gráfico 2, visualiza-se que a taxa de retidos correspondeu em 44,5%, no ano de 2011; 54,5%, em 2012; 52,8%, em 2013 e 48,9%, em 2014.

Gráfico 2: Taxa de Retenção nos Cursos Técnicos no IFPI – Teresina Central 2011 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no SISTEC (IFPI, 2015).

A análise dos retidos, aqueles que permaneceram na instituição, mas não concluíram o curso, mesmo tendo transcorrido o tempo previsto, como exposto na Tabela 3, mostra que houve, de 2011 para 2012, um aumento de 10 pontos percentuais de retidos. Nos anos seguintes, observaram-se diminuições, respectivamente, de 1,7 e 3,9%. Os dados insinuam uma tendência à diminuição, com percentual maior de 2013 para 2014, sugerindo que a POLAE pode ter contribuído na diminuição desses índices, no ano de sua implementação.

Conclusão

Avaliou-se a efetividade da Política de Assistência Estudantil do IFPI no que tange à redução das taxas de retenção e evasão no Campus Teresina Central, comparando-se a situação antes e depois de sua implantação a partir de dados disponibilizados pelo SISTEC.

Verifica-se que, no IFPI - Campus Teresina Central, houve uma redução das taxas de evasão, 77,8% no ano de implementação da Política Institucional da Assistência Estudantil (POLAE). Observa-se, ainda, que houve uma redução das taxas de retenção, sobretudo de 2013 a 2014, no campus analisado, sugerindo que a

POLAE pode ter contribuído na diminuição desses índices, no ano de sua implementação.

Dessa forma, conclui-se que essas variações ocorreram no momento em que foram instituídas e implementadas ações de assistência estudantil, sugerindo, resta exame mais aprofundado, que estas, ao agirem sobre os mais vulneráveis, contribuíram para a permanência e o sucesso desses e, assim, pressupõe a confirmação da hipótese de que a POLAE reduziu, como previsto nos seus objetivos, as taxas de evasão e retenção, no campus examinado do IFPI.

Referências

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Trad. Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1994, 200 p.

BRASIL. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul., 2010 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 02 maio. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (versão preliminar). Brasília, março de 2014. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2015.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Evaluación de Proyectos Sociales*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1993, 319 p.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impactos. *Revista do Serviço Público*, ano 49, n. 2, abr./jun., p. 105-133, 1998.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n.144, p.770-789, dez., 2011a.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *RBPG – Políticas, Sociedade e Educação*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 147-176, dez., 2011b.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez., 1986.

IFPI. Conselho Superior. *Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014*. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina, 2014.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. *A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): a experiência no IFPI*. 2016. 83f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SILVA; SILVA, Maria Ozanira da. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA; SILVA, Maria Ozanira (Org.) *Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. 1 Ed. São Paulo: Veras Editora, 2008. p.89-175.

Recebido em: 30/05/2016.

Aceito em: 17/06/2017.

Tulyana Coutinho Bento Pereira

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Pedro II. Área na qual desenvolve pesquisa: Educação e Serviço Social. Telefone: (89) 99912-1453.

Guiomar de Oliveira Passos

Doutora em Sociologia pela UnB, professora da Universidade Federal do Piauí, atuando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado). Área na qual desenvolve pesquisa: Educação, Sociologia, Ciência Política e Serviço Social. Telefone: (86) 99977-2879